

Medicamentos Excepcionais



Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público debatem sobre crescente número de mandatos judiciais, financiamento, uso racional e ética médica.

Pgs. 6, 7 e 8

Nelson Jobim recebe Secretários Estaduais de Saúde



Presidente do STF acredita que Lei eliminaria mandados por medicamentos em fase experimental ou não registrados no país.

Pg. 9



Entrevista com o Presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos.

Pgs. 6, 7 e 8

Informação, consenso e diálogo na gestão da saúde

GILSON CANTARINO O'DWYER

Presidente do CONASS

O CONASS há muitos anos contribui para o aperfeiçoamento da gestão na saúde, por meio de suas publicações e pesquisas. É notável o quanto esse trabalho intensificou-se e o nível técnico que apresenta a partir do Progestores (Programa de Informação e Apoio Técnico às Equipes Gestoras Estaduais do SUS).

Como resultado, tivemos as publicações: o caderno "Gestão Estadual do SUS: Dados Selecionados"; os livros "Para entender a gestão do SUS" e "Legislação do SUS"; a pesquisa: "A Saúde na Opinião dos Brasileiros"; o CD-ROM interativo com a coletânea desses livros; e a Coleção Progestores (biblioteca de apoio).

Em outra etapa, foi feita a reformulação da política de Comunicação Social do CONASS. Em abril desse ano, foi lançado o CONASS documento (Caderno de Informação Técnica e Memória do Progestores), que no primeiro exemplar trouxe os resultados da pesquisa "Estruturação da Área de Recursos Humanos nas Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal". No mesmo mês, foi publicado o segundo, que tratou do Seminário sobre a "Atenção Primária". Em julho, saiu o terceiro da série, com o título: "Para entender a Gestão do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional".

O CONASS adotou também a política de promoção de Seminários para Construção de Consensos entre os Secretários Estaduais de Saúde. O primeiro, realizado em Sergipe, em julho de 2003, tratou de Organização, Gestão e Financiamento do SUS. Depois, foi promovido um sobre Atenção Primária na Bahia, em novembro do ano passado, e outro sobre Recursos Humanos em abril deste ano, no Rio de Janeiro.

O mais recente, sobre Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional, foi realizado em junho, no Amazonas, que serviu de base para o posicionamento do CONASS no Seminário "O SUS, o Judiciário e o Acesso aos Medicamentos Excepcionais". Realizado no Rio Grande do Sul, em julho, esse Seminário foi organizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, com apoio do CONASS, do Ministério da Saúde e do Ministério Público da União, e contou com expressiva participação de representantes da área jurídica e da saúde.

Toda essa produção de conhecimento e debate vai ao encontro do desejo dos gestores estaduais de que as Secretarias de Saúde dos Estados tornem-se cada vez mais fortes, com maior capacidade de regulação. Isso não significa reduzir o papel da gestão municipal, mas ao contrário, faz farte da inter-relação de atuação dos Estados com os Municípios.

No mesmo sentido, o CONASS tem agenda marcada com o Ministro Humberto Costa para intensificar os trabalhos em conjunto e estreitar

ainda mais a relação com a instância federal. A Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho Nacional de Saúde vêm desenvolvendo suas atividades a fim de cumprir os papéis que lhes cabem. Os Estados são parte desse processo e lutam por questões pétreas em defesa do papel dos gestores estaduais, nas quais jamais pretendem retroceder.



Consensus é uma publicação mensal do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) de distribuição gratuita. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ana Luiza Wenke
RP 4313/14/21v/DF

TEXTOS
Secretaria Executiva do CONASS

TIRAGEM
3.000 exemplares

ENDEREÇO E TELEFONE
Esplanada dos Ministérios (EMI),
Bloco G
Ministério da Saúde
Ed. Anexo – sala 148 B
70.058-900 – Brasília – DF
Tel: (61) 315-2206
Fax: (61) 315-2894

E-MAIL
conass@saude.gov.br

INTERNET
www.conass.com.br



Conferência Nacional de Saúde Bucal

O tema "Acesso e Qualidade, Superando a Exclusão Social" foi o eixo da 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, que aconteceu em Brasília-DF, de 29 de julho a 1º de agosto. O CONASS foi representado na abertura do evento pelo Secretário de Saúde do Mato Grosso do Sul, João Paulo Esteves. Esse momento privilegiado de discussão e mobilização reflete o compromisso dos Estados e dos Municípios que conduziram as etapas estaduais e municipais, culminando na etapa nacional com mais de mil delegados.

As discussões vêm ao encontro das preocupações do CONASS com a universalidade e a integralidade na saúde bucal. No ano passado, foi deliberado, no Seminário do CONASS para Construção de Consensos realizado na Bahia (Salvador), que a Saúde Bucal fosse incluída nas prioridades da

agenda de discussões do CONASS com o Ministério da Saúde.

A Política Nacional de Saúde Bucal deve ser encarada como um programa estratégico pelos atores das três esferas de governo. Para tal, deve-se definir um financiamento adequado para a organização dos serviços, a estruturação da atenção primária e o sistema de referência e contra-referência, de acordo com os Planos Diretores de Regionalização. O correto dimensionamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e a ampliação da saúde bucal no Programa de Saúde da Família são estratégias importantes desse processo de reorganização.

Para os gestores do SUS, mais uma vez está colocado o desafio da garantia do atendimento integral e da universalidade, diante de recursos financeiros e humanos disponíveis no país.



SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL, JOÃO PAULO ESTEVES.

Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Entre os dias 25 e 28 de julho, foi realizada em Brasília-DF a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

(2ª CNCTIS), que reuniu representantes das organizações da sociedade civil, pesquisadores, trabalhadores, prestadores de saúde, gestores e financiadores de ciência, tecnologia e educação de todo o país. O CONASS foi representado na abertura pelo Secretário de Saúde do Distrito Federal, Arnaldo Bernardino.

A Conferência foi convocada pelos Ministérios da Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia. A associação do conhecimento e do trabalho desses três setores pretende intensificar a cooperação técnica e garantir o fomento às pesquisas que contribuam na re-

solução das necessidades de saúde da população.

Do total de 600 delegados, 288 vieram de conferências estaduais realizadas em 24 Estados. Outros 240 representavam os setores de Ciência e Tecnologia e da Educação. No total dos delegados do setor saúde, 50% representavam entidades de usuários do SUS.

Ao fim, a plenária aprovou a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, assim como a Agenda Nacional de Prioridades para Pesquisa em Saúde, disponíveis na Internet (www.saude.gov.br).



SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, ARNALDO BERNARDINO.

Presidente da ANS quer integraç

Fausto Pereira dos Santos assumiu a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no início do ano. Antes, foi Diretor de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. De maio a novembro de 2003, atuou como Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Saúde Suplementar, realizado pelo Ministério da Saúde em Brasília.

Já havia trabalhado na área, na concepção e como consultor da agência, de janeiro a agosto de 2000. Além disso, foi Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte no período 1996-1998. O Diretor-Presidente da ANS fala sobre ressarcimento ao SUS, adaptação e migração dos planos e integração do setor de saúde suplementar com o SUS.

CONSENSUS: Por que é importante que as pessoas que têm planos de saúde antigos façam adaptação ou migração?

FAUSTO SANTOS: Esse embróglio dos reajustes dos planos antigos já mostra um pouco o porquê. Eles têm problemas do ponto de vista da cobertura e de regras. Existem planos antigos com até 32 faixas etárias para reajuste e com problemas nas cláusulas, que na maior parte das vezes são vagas. Então, entendemos que a adaptação de contratos traz uma série de vantagens. Seja porque evita ter de fazê-la em um momento de necessidade, de doença, seja porque o beneficiário terá um regramento mais claro do funcionamento do seu plano de saúde.

CONSENSUS: No caso da migração perdem-se os direitos adquiridos? É como se fosse um plano novo?

SANTOS: No caso da migração, as empresas têm oferecido, com o processo de adaptação, uma proposta de planos novos, mas com carências reduzidas e descontos sobre o preço de balcão etc. Ou seja, seriam planos novos com condições especiais.

CONSENSUS: É melhor adaptar ou migrar?

SANTOS: Cada caso é um caso. Precisa avaliar o contrato. Em tese, a adaptação tem saído bem mais barata e interessante para o beneficiário que a migração.

CONSENSUS: O que é o Piac?

SANTOS: O Piac é o Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos. Ele foi autorizado por Lei, aprovada no Congresso. A Agência Nacional de Saúde Suplementar criaria condições especiais para a adaptação. Então, o Piac define um índice geral (de reajuste) para que as empresas possam trabalhar. Por exemplo, uma empresa que fature R\$ 1 milhão com os planos antigos, ao fim do Piac ela poderia arrecadar até R\$ 1,15 milhão. Ou seja, um impacto de 15%, podendo variar de 0% a 25%. Se ela der 25% para uma carteira, que estaria muito distante do que a Lei determina, ela teria de dar de 2% a 3% para outra carteira que já estivesse com perfil de cobertura mais próximo das novas regras, desde que a média não ultrapasse os 15%.

CONSENSUS: Mas esse Programa foi suspenso na Justiça. Por que?



DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, FAUSTO SANTOS.

ção do setor privado com o SUS

SANTOS: Um juiz federal de Pernambuco, motivado por ação de uma ONG, entendeu que no Programa não se explicitava a cobertura do Código de Defesa do Consumidor. Ou seja, que não precisaria adaptar ou migrar os planos porque as pessoas estariam sob proteção do Código de Defesa do Consumidor. Nós entendemos que é uma interpretação equivocada, na medida em que o Programa não é obrigatório e sim facultativo. Na verdade, ao suspendê-lo, o juiz eliminou uma alternativa a mais do beneficiário no momento da adaptação ou da migração.

CONSENSUS: Por que a ANS autorizou que algumas empresas não ofereçam adaptação, mas apenas migração?

SANTOS: Porque o entendimento da Agência à época que baixou a Resolução (ANS nº 64 de 23/12/2003) era de que para as empresas que tinham carteiras com índice de utilização acima de 90%, ou seja, com planos desequilibrados, o fato de oferecer a adaptação (que não permite eliminar nenhuma regra do contrato anterior, mas apenas acrescentar as coberturas) aumentaria o desequilíbrio. Então, para essas carteiras foi autorizado só oferecer a migração e não a adaptação sob pena de levá-las, nesse caso, a um desequilíbrio maior ainda.

CONSENSUS: Como está a situação do ressarcimento ao SUS? Ele está acontecendo de forma muito incipiente. Por que?

SANTOS: O problema é: a Lei define que todos os procedimentos são passíveis de ressarcimento, desde que previstos em contrato.

Como ainda temos estoque grande de contratos antigos, com exclusões, no momento em que eu apresento a cobrança para a operadora, ela tem um tempo grande de recurso. Isso somado à morosidade do processo administrativo e à série de ações movidas pelas empresas na Justiça. Nós já emitimos mais de R\$ 500 milhões, que se transformaram em R\$ 250 milhões de cobranças efetivas. Desses, recebemos R\$ 51 milhões (desde setembro de 1999, quando começou o processo de ressarcimento ao SUS). É uma performance muito aquém do que gostaríamos. Estamos discutindo internamente alterações no formato, tanto na questão do funcionamento dentro da Agência – o processamento já está mais veloz – quanto na Lei, para que possamos trabalhar com alternativas que não só a cobrança individual, que, por causa de processos, prazos e recursos, tem se revelado extremamente ineficiente.

CONSENSUS: O que atrapalha o ressarcimento é a situação financeira das empresas?

SANTOS: Não acho que a grande questão seja essa, porque isso se dilui no grande número de operadoras. Não é uma soma. Quando se junta tudo, o número é expressivo, mas quando distribuído por empresa, nem tanto. Tem uma discussão feita por grande parte das operadoras de que o ressarcimento não caberia. Por isso, temos uma série de processos em disputa. É uma diferença de entendimento jurídico e ideológico.

CONSENSUS: A ANS apresentou na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite uma proposta de Encontro de Integração (do setor privado) com o SUS. O que é isso?

SANTOS: É uma série de encontros macrorregionais envolvendo as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, para que possamos mostrar que o processo de regulação dos planos de saúde, desenvolvido pela ANS, tem profundo impacto sobre a gestão do setor saúde como um todo. Nós temos várias questões além do ressarcimento. Por exemplo: a rede de assistência e os sistemas de urgência são os mesmos, existe um financiamento cruzado entre os dois setores (público e privado) e a utilização da alta complexidade pelos planos de saúde, entre outros. Queremos a aproximação dos gestores do SUS com o processo de regulação da Agência, buscando até mesmo a participação deles na regulação e o reconhecimento da importância desse processo.

CONSENSUS: Em que os gestores poderiam ajudar?

SANTOS: Bom, a Agência pode ajudá-los, na medida em que disponibiliza as informações, como, por exemplo, qual parte da população está coberta por planos privados. De outro lado, os gestores podem contribuir com a discussão de rede, a organização dos sistemas locais de urgência. Ou seja, tem uma série de questões que podem ser trabalhadas conjuntamente. A própria discussão de incorporação tecnológica que é comum ao setor público e ao privado, os protocolos e as diretrizes etc. Tem uma série de interconexões nos dois sistemas.

Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público debatem acesso a medicamentos de dispensação especial

Crescente número de mandados judiciais, financiamento, uso racional

Representantes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) reuniram-se em Porto Alegre, nos dias 9 e 10 de julho, para discutir como assegurar o acesso de medicamentos "excepcionais" a todos os pacientes que deles necessitam, em cenário de orçamentos limitados e demandas judiciais por medicamentos que, em alguns casos, sequer são registrados no Brasil ou estão em fase experimental.

O Seminário "O SUS, o Judiciário e o Acesso aos Medicamentos Excepcionais" foi uma realização do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do Ministério da Saúde e do Ministério Público da União. Veja no quadro a opinião de alguns dos participantes.

O encontro abordou os seguintes temas: Judicialização dos Medicamentos Excepcionais; Equidade, Financiamento e Acesso (ênfase na legislação); Uso Racional de Medicamentos, Protocolos e Incorporação Tecnológica; e Ética Médica, Marketing Industrial e Pesquisas de Medicamentos.



MESA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO: 1. ODORICO DE ANDRADE; 2. ROBERTO PEREIRA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA; 3. ROBERTO PEREIRA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA; 4. SANDRA FAGUNDES, SECRETÁRIA DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL; 5. SANDRA FAGUNDES, SECRETÁRIA DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL; 6. GERMANO RIGOTTO, GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL; 7. GERMANO RIGOTTO, GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL; 8. GERMANO RIGOTTO, GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL; 9. GERMANO RIGOTTO, GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL; 10. SANDRA FAGUNDES, SECRETÁRIA DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL.

OPINIÃO

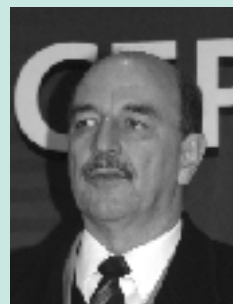


ELA DE CASTILHO,
PROCURADORA FEDERAL
DOS DIREITOS DO
CIDADÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DA UNIÃO.

"Estou representando aqui o Ministério Público Federal e trouxe cerca de 20 Procuradores da República, que participarão das discussões. O Ministério Público veio para escutar e estabelecer diálogo, agradecendo a oportunidade de discutir esse tema, que considero realmente muito importante."

"A questão dos medicamentos excepcionais aflige os Secretários Estaduais de Saúde. O CONASS vem trabalhando essa questão já há algum tempo, e fez uma reunião em Manaus, no dia 4 de junho, buscando consensos sobre a dispensação desses medicamentos. Queremos que a Lei defina qual a responsabilidade de cada esfera de governo e que entre os critérios para acesso aos medicamentos utilize-se os protocolos clínicos."

OSMARTERRA,
PRESIDENTE EM
EXERCÍCIO DO CONASS
E SECRETÁRIO DE
SAÚDE DO RIO
GRANDE DO SUL.



Ministério Público Dispensação em caráter excepcional

Profissional e ética médica foram os eixos das discussões.



JUDICIALIZAÇÃO

Foram discutidas as questões relacionadas às demandas judiciais para o fornecimento de medicamentos "excepcionais"; a responsabilidade constitucional dos gestores; as demandas por medicamentos não registrados no país ou não incluídos na Tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde; a utilização de medicamentos para fins experimentais ou de pesquisas científicas; a indicação de medicamentos que não atendem aos critérios estabelecidos nos Protocolos Clínicos e nas Diretrizes Terapêuticas; entre outros.

Uma proposta para superação do problema relacionado aos mandados judiciais foi o estabelecimento de relação direta entre os gestores do SUS, o Ministério Público e o Poder Judiciário, por meio de

CONTINUA >>

1. ...RADE, PRESIDENTE DO CONASEMS; 2. HENRIQUE FONTANA, COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA FEDERAL; 3. GENARO BORGES, DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO; 5. HUMBERTO COSTA, MINISTRO DO RIO GRANDE DO SUL; 7. ADÃO VILAVERDE, REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA; 8. ELA DE CASTILHO, SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO; 9. OSMAR TERRA, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL E PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL; 10. ...S, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; 11. GÉRSO ALMEIDA, CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE.



HUMBERTO COSTA,
MINISTRO DA SAÚDE.

"Estou convencido de que a solução definitiva é enviar Projeto de Lei para o Congresso Nacional, estabelecendo que o acesso aos medicamentos é universal e deve ser disciplinado por protocolos clínicos. Conclamo que os Secretários Estaduais mobilizem seus governadores. Vamos mobilizar o Governo Federal para dar urgência a esse processo."

"Nosso objetivo é a definição de um novo marco legal em que se estabeleça as respectivas obrigações. Quando vejo que no ano passado os Estados gastaram R\$ 527 milhões com medicamentos excepcionais, percebo que a situação está chegando a algo insuportável, insustentável. O teto dos repasses feito pelo Governo Federal é insuficiente para as necessidades e é impossível ainda ter de passar para a União 18,5% disso para pagar dívida. Dois outros fatores que fazem crescer ainda mais as dificuldades financeiras dos Estados são a permanente e despropositada elevação do preço dos



medicamentos excepcionais e a falta de aceitação dos protocolos clínicos baseados em evidências científicas. Muitas vezes as mesmas enfermidades poderiam ser tratadas com outros medicamentos."

GERMANO RIGOTTO,
GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL.



NA PRIMEIRA FILA, DA ESQ. PARA DIR.: SECRETÁRIOS DE SAÚDE DO CEARÁ, JURANDI FRUTUOSO; DO PARANÁ, CLÁUDIO XAVIER; DO DISTRITO FEDERAL, ARNALDO BERNARDINO; E O SUBSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE (SES/RJ), WILSON DE MAIO. NA SEGUNDA FILEIRA, DA ESQ. PARA DIR.: O SUBSECRETÁRIO DE INOVAÇÃO LOGÍSTICA EM SAÚDE (SES/MG), MARCELO TEIXEIRA, E O SECRETÁRIO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, MARCUS VINÍCIUS PESTANA.

NA PRIMEIRA FILEIRA À ESQ.: SECRETÁRIO ESTADUAL DO MATO GROSSO, MARCOS HENRIQUE MACHADO. NA SEGUNDA FILEIRA AO CENTRO, DA DIR. PARA ESQ.: SECRETÁRIOS DE SAÚDE DE SÃO PAULO, LUIZ ROBERTO BARRADAS, E DO AMAZONAS, LENY PASSOS.



troca de informações e esclarecimentos, promoção de seminários e reuniões conjuntas. Foi sugerido, até mesmo, que se reproduza em cada Unidade da Federação uma reunião semelhante a esse Seminário sobre medicamentos "excepcionais".

EQÜIDADE, FINANCIAMENTO E ACESSO

Uma alternativa apresentada para o desafio de se garantir o acesso universal, considerando as restrições orçamentárias, foi regulamentar o acesso e o fluxo de atendimento à população, por meio de Lei a ser aprovada no Congresso Nacional. Esta Lei deverá levar em consideração a utilização de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas como um dos critérios de acesso, bem como a definição de responsabilidades e competências das três esferas de gestão do SUS.

A representação do CONASS chamou a atenção para o progressivo incremento de gastos ocorridos nos últimos dois anos, que levaram a um aumento de 230% de recursos estaduais para aquisição de medicamentos "excepcionais". Sendo que, só em 2003, as Secretarias Estaduais de Saúde arcaram com cerca de R\$ 527 milhões, sem contar os gastos relacionados para desenvolvimento do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional.

USO RACIONAL

Além da utilização dos Protocolos Clínicos e das Diretrizes Terapêuticas para a definição do acesso, foram discutidos os seguintes aspectos: inclusão de medicamentos na Tabela SIA/SUS, implantação de Centros de Referência, avaliação de custo-benefício e prescrição médica.

ÉTICA MÉDICA, MARKETING INDUSTRIAL E PESQUISAS

Nesse painel, foi discutida a relação dos médicos com a Indústria Farmacêutica, o custo dos medicamentos, o investimento em pesquisa, as estratégias de marketing da Indústria Farmacêutica, voltadas tanto para os usuários quanto para os profissionais médicos, além da possibilidade de quebra de patentes.

Como encaminhamento do Seminário, CONASS e Ministério da Saúde posicionaram-se pela elaboração de Projeto de Lei que discipline o acesso aos medicamentos "excepcionais" e por atuação conjunta dos gestores da saúde com os parlamentares do Congresso Nacional para sua aprovação.



DA ESQ. PARA DIR.: SECRETÁRIOS DE SAÚDE DO PIAUÍ, BRUNO FIGUEIREDO, E DA PARAÍBA, JOSÉ JOÁCIO MORAIS.

Presidente do Supremo Tribunal Federal recebe Secretários Estaduais de Saúde

Jobim conversou com os gestores sobre as questões jurídicas que envolvem os medicamentos “excepcionais”.



AUDIÊNCIA NO GABINETE DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Os Secretários Estaduais de Saúde tiveram audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, em Brasília, no dia 14 de julho, para tratar das questões jurídicas que envolvem os medicamentos de alto custo. O vice-presidente do CONASS, Osmar Terra, expôs para Jobim os resultados do Seminário “O SUS, o Judiciário e o Acesso aos Medicamentos Excepcionais”, realizado na semana anterior em Porto Alegre.



O crescente número de mandados judiciais, a universalidade da assistência em cenário de orçamentos limitados e a falta de regulamentação que defina qual o papel de cada esfera de governo (federal, estadual e municipal) na dispensação desses medicamentos foram os tópicos do encontro. “Nós viemos consultar o Presidente do Supremo, para que ele nos oriente diante dessas questões”, explicou Osmar Terra, que entregou a Nelson Jobim a publicação CONASS documenta nº 3 – “Para entender a gestão do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional” – e o jornal Consensus (edição especial sobre Assistência Farmacêutica).

“A solução definitiva é o encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional. De imediato seria preciso estabelecer que o acesso aos medicamentos seja universal e disciplinado por protocolos clínicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde com sociedades especializadas”, disse Jobim. Com isso, segundo ele, provavelmente se eliminariam as situações de mandados por medicamentos ainda em fase experimental ou não registrados no Brasil.

O presidente do STF acredita que a Lei também poderá definir o papel de cada gestor (federal, estadual e municipal), até mesmo no aspecto do financiamento desses medicamentos. Nelson Jobim disse apoiar a iniciativa dos Secretários Estaduais de Saúde, que estão preocupados com a viabilidade financeira do Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NELSON JOBIM, CONVERSA COM SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE SOBRE MEDICAMENTOS “EXCEPCIONAIS”.

RIO DE JANEIRO

A Farmácia Popular Vital Brasil, do Instituto Vital Brasil, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde, está completando um ano de funcionamento. Tem cerca de 100 mil idosos com mais de 60 anos cadastrados, que podem adquirir remédios a R\$ 1. Nove farmácias já estão em funcionamento em diferentes regiões do Estado. Também começou a segunda etapa do Programa Rio Tem Remédios, que tem por objetivo distribuir medicamentos aos 92 Municípios do Estado, com investimento de R\$ 2,5 milhões, o que permitiu a produção de 56 milhões de comprimidos e 313 mil frascos de antibióticos e antiparasitários. São remédios para coração e pressão alta, além de diuréticos, vermífugos, analgésicos, antibióticos e antitêrmicos.

PARANÁ

A Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná, vai distribuir um *kit* com escova e pasta de dentes para os estudantes em localidades nas quais os sistemas de água não possuem fluoretação. Segundo o Secretário de Saúde, Cláudio Xavier, a



CLÁUDIO XAVIER

medida propiciará a escovação supervisionada a estudantes das redes públicas estadual e municipal. O Estado é referência nacional em saúde bucal porque 38% da população têm zero cárie aos 12 anos, um dos melhores índices do país.

BAHIA



JOSÉ ANTÔNIO ALVES

Entre janeiro e junho, foram realizados cem transplantes de órgãos no Estado, representando um aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. O Secretário de Saúde do Estado, José Antônio Alves, informou que a Central de Órgãos, que agora funciona no Hospital Geral do Estado (HGE), registrou sete doações de múltiplos órgãos, número superior ao dobro de doações semelhantes registradas no ano passado (três).

DISTRITO FEDERAL

O DF sai à frente com a implantação do sistema de saúde nos presídios. Desde 15 de julho, a Secretaria de Saúde está oferecendo aos 7.100 presos do Complexo Penitenciário do DF assistência médica humanizada, prevista em Portaria do Governo Federal. São oito equipes compostas por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, assistente social, psicólogo, odontólogo e auxiliar de consultório odontológico.

PIAUI

O Ministro da Saúde, Humberto Costa, inaugura no próximo dia 20 de agosto, em Teresina, o Centro Estadual de Referência à Saúde do Trabalhador (Cerest), que funcionará diariamente das 7h às 22h, dando oportunidade tanto aos trabalhadores que têm vínculo empregatício, quanto aos que trabalham informalmente. O Centro atuará tanto na área de prevenção, quanto no tratamento de doenças ocasionadas pelo trabalho. O Ministério da Saúde escolheu o Centro Estadual de Referência à Saúde do Trabalhador do Piauí como modelo a ser seguido pelos demais Estados.

RIO GRANDE DO NORTE



IVIS BEZERRA

A Secretaria Estadual de Saúde seleciona este mês, por meio de processo seletivo simplificado para contratação temporária, 154 médicos de 16 especialidades, entre elas: cardiologia, clínica médica e neonatologia. Segundo o Secretário Ivis Bezerra, os profissionais escolhidos começam a trabalhar em setembro e terão regime de 40 horas semanais, em escala de plantão.

AMAZONAS

O Estado ficou entre os vencedores do Prêmio de Humanização do SUS, David Capistrano, do Ministério da Saúde. O projeto vitorioso foi a

implantação dos programas de Agentes Comunitários e Saúde da Família no Município de Fonte Boa, distante 665 km em linha reta de Manaus. Sete equipes multiprofissionais e 83 agentes de saúde, que contam com dois centros de referência e um barco para percorrer as calhas de rio, garantem atendimento a 100% da população. No Prêmio, foram inscritos 671 trabalhos de todo o país, sendo nove da região Norte.

SÃO PAULO

Agosto é o chamado "mês do cachorro louco" por causa das campanhas de vacinação contra a raiva. Contudo, o Estado de São Paulo não registra caso de raiva em pessoas desde 2001. Isso em decorrência de um novo tipo de tratamento, implementado em 2000 pela Secretaria de Estado da Saúde. A mudança ocorreu depois que se verificou a possível ocorrência de reações adversas neurológicas à antiga vacina. O Estado passou então a comprar no exterior um imunobiológico mais puro e de melhor qualidade, produzido em cultura de células, considerado o mais moderno do mundo.

TOCANTINS



PETRÔNIO BEZERRA LOLA

O Secretário de Estado da Saúde, Petrônio Bezerra Lola, inaugurou dia 20 de julho a

sede provisória da Escola Técnica SUS (ETSUS), localizada no antigo aeroporto de Palmas. Mas as aulas começaram desde o primeiro semestre deste ano com o curso Técnico de Higiene Bucal. A ETSUS, criada em agosto de 2002, promove a profissionalização dos trabalhadores da área de saúde e da comunidade, em nível técnico profissional. É a primeira escola da região Norte a ser implantada com esse propósito e deve qualificar cerca de 1.200 profissionais em 2004. Os próximos cursos serão para: Técnico de Enfermagem; Técnico em Bodiagnóstico; Técnico em Vigilância Sanitária; Técnico em Hemoterapia; Técnico em Segurança do Trabalho; e Técnico em Radiologia.

MINAS GERAIS

Produção recorde de medicamentos: de janeiro até o fim de junho deste ano, a Fundação Ezequiel Dias (Funed), que faz parte da estrutura da Secretaria de Saúde do Estado, atingiu a marca histórica de 322 milhões de unidades farmacêuticas produzidas. A expectativa é de que, até dezembro de 2004, se alcance a marca de 650 milhões de unidades. O recorde deve-se à otimização dos processos de produção e à inauguração da nova fábrica de medicamentos, em novembro do ano passado. É a primeira vez, em 96 anos de existência da Funed, que se atinge essa marca. A maior produção foi registrada em 2001, quando se chegou a cerca de 314 milhões de unidades.

SANTA CATARINA

O Secretário de Estado da Saúde, Luiz Eduardo Cherem, inaugurou em 13 de julho a nova caldeira no Hospital Governador Celso Ramos. A substituição da elétrica por

uma a gás vai permitir economia de energia. A estimativa é de que as despesas do hospital sejam reduzidas em 21%. A unidade é a primeira beneficiada pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) da Eletrosul. A caldeira gera vapor para: máquinas de esterilização dos materiais, banheiros, cozinha e quartos das unidades de internação. O investimento da Eletrosul com a compra da caldeira foi de R\$ 285 mil.

SERGIPE

A Secretaria de Estado da Saúde realizou a "I Mostra Estadual de Produção em Saúde da Família e em Ações de Combate à Pobreza: conversando com quem faz". A iniciativa do Secretário Eduardo Amorim foi muito elogiada. O evento reuniu gestores estaduais e municipais, representantes do Ministério da Saúde, de Conselhos, e as equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). O Programa cobre mais de 80 % da população do Estado.



EDUARDO ALVES AMORIM

*Informações fornecidas pelas Assessorias de Comunicação das SES.

4 de agosto

Reunião de Diretoria do CONASS ampliada com o Ministro da Saúde, Humberto Costa – Brasília/DF

4 e 5 de agosto

Reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS) – Brasília/DF

**5 de agosto**

Oficina de Trabalho "Agenda para Pacto de Gestão do Sistema Único de Saúde" (Ministério da Saúde, CONASS e Conasems) – Brasília/DF

5 e 6 de agosto

Reunião da Câmara Técnica do CONASS de Recursos Humanos – Brasília/DF

16 e 17 de agosto

Reunião da Câmara Técnica do CONASS de Vigilância Sanitária – Brasília/DF

**18 de agosto**

Assembléia do CONASS – Brasília/DF

19 de agosto

Reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) – Brasília/DF



Informamos que por problemas de saúde o Presidente do CONASS, Gilson Cantarino O'Dwyer, licenciou-se por alguns dias do mês de julho, delegando a Presidência ao vice-presidente da região Sul, Osmar Terra.



PRESIDENTE: Gilson Cantarino O'Dwyer (RJ) **VICE-PRESIDENTES:** Álvaro Machado (AL), Fernando Dourado (PA), João Paulo Esteves (MS), Osmar Terra (RS). **SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE:** Altamir Ribeiro Lago (RR), Álvaro Machado (AL), Arnaldo Bernardino (DF), Bruno Cristiano Figueiredo (PI), Cassiano de Oliveira (AC), Cláudio Costa (AP), Claudio Murilo Xavier (PR), Eduardo Alves Amorim (SE), Fernando Cupertino (GO), Fernando Dourado (PA), Gilson Cantarino (RJ), Guilherme Robalinho (PE), Helena Maria Ferreira (MA), Ivis Alberto Bezerra (RN), João Felício Scárdua (ES), João Paulo Esteves (MS), José Antônio Alves (BA), José Joácio Moraes (PB), Jurandí Frutuoso Silva (CE), Leny Passos (AM), Luiz Eduardo Cherem (SC), Luiz Roberto Barradas (SP), Marcos Henrique Machado (MT), Marcus Vinícius Pestana (MG), Milton Luiz Moreira (RO), Osmar Terra (RS), Petrônio Bezerra Lola (TO). **SECRETÁRIO EXECUTIVO:** Ricardo F. Scotti. **ASSESSORIA TÉCNICA:** Ana Luiza Wenke, Gisele Bahia, Júlio Müller, Luis Fernando Rolim, Márcia Huçulak, Regina Nicoletti, René Santos, Rita Catanelli, Viviane Luiz. **APOIO ADMINISTRATIVO:** Adriano Salgado, Carolina Abad, Júlio B. C. Filho, Luciana Tolêdo Lopes, Luciléia de Souza Santos, Paulo de Paiva Arbués, Sheyla Ayala. **CÂMARAS TÉCNICAS:** Assistência Farmacêutica, Atenção à Saúde, Epidemiologia, Gestão e Financiamento, Informação e Informática, Recursos Humanos, Vigilância Sanitária.